

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2019



SUMÁRIO

BALAN	ÇOS PATRIMONIAIS	3
DEMON	ÇOS PATRIMONIAISISTRAÇÃO DE RESULTADOS	5
DEMON	ISTRACÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMON	ISTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMON	ISTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
1.	CONTEXTO OPERACIONAL	10
2.	ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
3.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15
4.	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS	
5.	CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)	16
6.	FORNECEDORES	
7.	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	
8.	ENCARGOS SETORIAIS	
9.	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES CORRENTES E DIFERIDOS	
10.	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	
11.	PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS	
12.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
13.	RECEITA LÍQUIDA	
14.	CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	
15.	RESULTADO FINANCEIRO	
16.	SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	
17.	REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	
18.	GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	
19.	ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO	
20.	SEGUROS	29

BALANÇOS PATRIMONIAIS Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Notas	2019	2018
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	51.746	31.212
Contas a receber de clientes e outros	4	4.706	3.424
Outros tributos a recuperar		60	11
Despesas pagas antecipadamente		183	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	5	18.661	17.704
Total do circulante		75.356	52.351
Não circulante			
Outros tributos a recuperar		476	278
Depósitos judiciais	11	786	701
Concessão do serviço público (ativo contratual)	5	148.595	152.868
Outros ativos		=	2
Imobilizado		93	-
Intangível		349	-
Total do não circulante		150.299	153.849
Ativo total		225.655	206.200

BALANÇOS PATRIMONIAIS Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Notas	2019	2018
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	6	2.419	893
Empréstimos e financiamentos	7	511	731
Salários e encargos a pagar		20	=
Encargos setoriais	8	67	39
Imposto de renda e contribuição social a recolher	10.1	289	282
Outros tributos a recolher	10.2	470	484
Dividendos e juros sobre capital próprio	12	125	118
Outros passivos		265	109
Total do circulante		4.166	2.656
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	7	737	1.245
Encargos setoriais	8	514	516
Impostos e contribuições sociais diferidos	9	5.151	5.253
Provisões	11	740	689
Outros passivos		1	87
Total do não circulante		7.143	7.790
Patrimônio líquido	12		
Capital social		33.085	33.085
Reservas de lucros		162.669	162.669
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		18.592	=
Total do patrimônio líquido		214.346	195.754
Total do passivo e patrimônio líquido		225.655	206.200

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	2019	2018
Receita líquida	13	38.621	33.684
Custos dos serviços	44	(13.006)	(10.028)
Custos de operação	14	(13.006)	(10.028)
Lucro bruto		25.615	23.656
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosas		(95)	(74)
Outras receitas/despesas gerais e administrativas	14	(559)	(679)
Lucro operacional		24.961	22.903
Receitas financeiras	15	2.585	1.632
Despesas financeiras	15	(192)	(230)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		27.354	24.305
Imposto de renda e contribuição social		(2.097)	(1.689)
Corrente	10	(2.199)	(1.735)
Diferido	10	102	46
Lucro líquido do exercício		25.257	22.616
Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:			
Ordinária		0,4004	0,3585

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	25.257	22.616
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	25.257	22.616
Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:		
Ordinária	0,4004	0,3585

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

		Reserv	a de lucros			
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2018	33.085	7.047	-	-	4.803	44.935
Adoção Inicial – CPC 48	-	-	-	(48)	-	(48)
Adoção Inicial – CPC 47	-	-	-	139.639 [´]	-	139.639 [°]
Lucro líquido do exercício	-	-	-	22.616	-	22.616
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	(4.803)	(4.803)
Destinação do lucro:		(400)	400			
Reserva legal	-	(430)	430	(455.000)	=	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	155.622	(155.622)	-	- (00-)
Dividendos intermediários	-	-	=	(6.585)	=	(6.585)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	33.085	6.617	156.052	-		195.754
Lucro líquido do exercício Destinação do lucro:	-	-	-	25.257	-	25.257
Dividendos intermediários	_	_	-	(6.665)	-	(6.665)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(18.592)	18.592	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	33.085	6.617	156.052		18.592	214.346

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAExercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	25.257	22.616
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social	2.097	1.689
Remuneração do ativo contratual	(16.960)	(17.075)
Encargos de dívidas e atualizações monetárias	11	101
Perdas por redução esperada de créditos de liquidação duvidosa	95	74
Provisão para contingências trabalhistas	4	1
Atualização das provisões para contingências	47	53
Perda na baixa de ativos contratuais	2.572	=
	(12.134)	(15.157)
(Aumento) redução de ativos operacionais	, ,	` ,
Contas á receber de clientes e outros	(1.377)	102
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	190
Outros tributos a recuperar	(247)	43
Depósitos judiciais	(10)	(540)
Despesas pagas antecipadamente	(183)	(- · · ·) -
Concessão serviço público (ativo contratual)	17.704	18.567
Outros ativos	2	19
	15.889	18.381
Aumento (redução) de passivos operacionais	10.000	10.001
Fornecedores	1.526	264
Salários e encargos a pagar	20	204
Encargos setoriais	26	65
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(884)	(702)
Outros tributos a recolher	(14)	(14)
Outros passivos	70	71
Encargos de dívidas pagos	70 (87)	(123)
Impostos de dividas pagos Impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido pagos	(1.308)	(1.017)
impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido pagos		
	(651)	(1.456)
Caixa oriundo das atividades operacionais	28.361	24.384
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(93)	-
Aquisição de intangível	(349)	(14)
Utilização de caixa em atividades de investimento	(442)	(14)
Attribute de Conservante		
Atividades de financiamento	(707)	(707)
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(727)	(727)
Pagamento de dividendos	(6.658)	(11.376)
Utilização de caixa em atividades de financiamento	(7.385)	(12.103)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	20.534	12.267
Caixa e equivalentes no início do exercício	31.212	18.945
Caixa e equivalentes no final do exercício	51.746	31.212
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	20.534	12.267
•		

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADOExercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
Receitas Serviços de transmissão de energia e outros	41.866	36.584
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	(95)	(74)
Insumos adquiridos de terceiros Materiais, serviços de terceiros e outros	(13.498)	(10.501)
Valor adicionado líquido produzido	28.273	26.009
Valor adicionado recebido em transferência Receitas financeiras	2.585	1.632
Valor adicionado total a distribuir	30.858	27.641
Distribuição do valor adicionado Pessoal		
Remunerações Encargos sociais	21 9	-
Provisão para férias e 13º salário	5	<u> </u>
	35	-
Impostos, taxas e contribuições PIS/COFINS sobre faturamento	4.550	4 200
Imposto de renda e contribuição social	1.556 2.097	1.389 1.689
Obrigações intra-setoriais	1.669	1.493
Outros	(65)	118
	5.257	4.689
Financiamentos	400	000
Juros e variações monetárias Aluguéis	192 117	230 106
Alugueis	309	336
Remuneração de capitais próprios	309	330
Dividendos distribuídos	6.665	6.585
Dividendos adicionais propostos	18.592	-
Reserva de retenção de lucros	<u> </u>	16.031
	25.257	22.616
Valor adicionado distribuído	30.858	27.641

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("Afluente T" ou "Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

Atualmente a Companhia opera as subestações de Tomba, Funil, Brumado II, Itagibá, Ford, Pólo e Camaçari no estado da Bahia com potência instalada de 600 MVA, além de 450 km de Linhas de Transmissão e possui contrato de concessão com vigência até agosto de 2027, que tem como objetivo estabelecer as condições para prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica e prevê revisão tarifária a cada 5 (cinco) anos.

A Receita Anual Permitida (RAP), conforme Resolução Homologatória nº 2.565, de 25 de junho de 2019, é de R\$36.806 para o período 2019/2020. Para o período 2018/2019 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou uma RAP de R\$34.192 para a Companhia, excluído PIS/COFINS referente aos respectivos períodos.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade ("IFRS" — *Internacional Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board*—IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 13 de fevereiro de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 18 de Instrumentos Financeiros.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou, julgamentos e, estimativas, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (i) critério de apuração e remuneração do ativo contratual; vide nota explicativa nº 5;
- (ii) critério de atualização do passivo fiscal diferido, vide nota explicativa n°9;
- (iii) a análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa; vide nota explicativa n°4;
- (iv) definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, vide nota explicativa nº19;
- (v) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda que incluí avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, vide nota explicativa nº 11;

2.5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

a) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.
- (ii) Provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD")

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

(iii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados à um ativo qualificado.

b) Contrato de concessão de serviços públicos

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que:

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão são mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.
- (ii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica "Remuneração do ativo contratual", utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

- (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

As contraprestações são classificadas como um "Ativo de Contrato".

c) Impairment de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera o ativo. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado:
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Essa avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros e mudanças em condições de mercado, não tendo sido identificados indícios de deterioração dos seus ativos.

d) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido ("Tributos sobre o lucro")

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

A Companhia possui como regime de apuração o lucro presumido sendo assim, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 34% (25% – imposto de renda e 9% – Contribuição social) sobre a receita bruta, após a aplicação da margem de presunção exigidas pela legislação tributária brasileira.

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

O reconhecimento do tributo diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

e) Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

f) Reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente. Vide nota 2.(b).

O resultado financeiro líquido é composto, basicamente, por juros e variações monetárias de aplicações financeiras, encargos de dívida e provisões.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

g) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2019	2018
Caixa e depósitos bancários à vista	27	76
Fundos de investimento	51.719_	31.136
	51.746	31.212

Em 31 de dezembro de 2019, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2019, é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo.

2019	2018
-	31.106
-	30
51.719	-
51.719	31.136
	51.719

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Ref.	2019	2018
Títulos a receber		5.683	4.306
Terceiros	(a)	3.593	2.482
Partes relacionadas (nota 16)	(a)	2.090	1.824
(-) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	(b)	(977)	(882)
Total		4.706	3.424

a) Títulos a receber

São contas de disponibilização de energia com os diversos agentes de mercado.

		Venci	dos	То	tal	PPE	CLD	To	tal
	Saldos vincendos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Distribuidoras Total	4.634 4.634	<u>85</u>	964 964	5.683 5.683	4.306 4.306	(977) (977)	(882) (882)	4.706 4.706	3.424 3.424

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

b) PPECLD

	PPECLD
Saldos em 1º de janeiro de 2018	(761)
Adoção inicial CPC 48/IFRS 9	(47)
Adições	(74)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(882)
Adições	(96)
Reversões	1
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(977)

5. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A tabela a seguir resume a conciliação do impacto do modelo de ativo financeiro (ICPC 01/ IFRIC 12) para o modelo de ativo contratual (CPC 47/ IFRS 15), bem como a movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia:

	Ref.	Custo
Saldo do ativo financeiro em 31 de dezembro de 2017 (transferência do ativo financeiro)		31.532
Determinação de taxa fixa no início do projeto do Ativo Contratual versus um modelo de taxa variável no modelo de Ativo Financeiro	(a)	90.448
Estimativa de investimento futuro que afetava a projeção de fluxo de caixa descontado no	(b)	30.440
modelo de Ativo Financeiro	(2)	40.890
Alocação de margem na receita de O&M para 2018, enquanto para 2017 a margem era zero	(c)	(22.727)
Atualização do ativo indenizável da concessão por índice de inflação	(d)	`31.921 [′]
Adoção inicial CPC 47 (impacto no patrimônio líquido)	(e)	140.532
Saldo em 1º de janeiro de 2018		172.064
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício		(18.567)
Remuneração do ativo contratual		17.075
Saldo em 31 de dezembro de 2018		170.572
Baixas		(2.572)
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício		(17.704)
Remuneração do ativo contratual		16.960
Saldo em 31 de dezembro de 2019		167.256
Circulante		18.661
Não circulante		148.595

- (a) Impacto pela alteração da taxa de desconto variável utilizada no modelo do ativo financeiro por uma taxa fixa no modelo de ativo de contrato, conforme determina o parágrafo nº 64 do CPC 47.
- (b) No modelo do ativo financeiro aplicado até 2017 era considerado no cálculo a estimativa de investimento futuro, valores estes que trazidos a valor presente até a data da adoção inicial representavam R\$40.890 de redução no valor do ativo financeiro.
- (c) No modelo de cálculo do ativo contratual, a receita de operação e manutenção (O&M) passou a ser registrada acrescida de margem, dessa forma, a RAP líquida da receita de O&M fica menor, reduzindo o valor do ativo contratual no montante de R\$22.727 quando comparado com o modelo do ativo financeiro.
- (d) Valor presente do direito à indenização relativo aos bens reversíveis ao Poder Concedente e que não serão integralmente amortizados durante o período do contrato de concessão.
- (e) Impacto total na adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018.

6. FORNECEDORES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	2019	2018
Materiais e serviços		
Terceiros	2.029	527
Partes relacionadas	390	366
Total	2.419	893

7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a. Composição do financiamento

	2019	2018
Banco do Brasil	1.248	1.976
Circulante Não circulante	511 737	731 1.245

Financiamentos obtidos com recursos do BNDES (FINAME) para a aquisição de subestação de energia, com taxa efetiva de 4,5% a.a. e 6% a.a., amortizado em 96 parcelas mensais, com término em agosto de 2024.

b. <u>Mutações de saldos</u>

Em auxílio à demonstração do fluxo de caixa, segue abaixo a conciliação de passivos resultantes das atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	_		Fluxo de caixa			
	31/12/2018	Captações	Amortizações de principal	Pagamentos de juros	Alterações em não caixa (a)	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos	1.976	-	(727)	(87)	86	1.248
	_		Fluxo de caixa			
	01/01/2018	Captações	Amortizações de principal	Pagamentos de juros	Alterações em não caixa (a)	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos	2.705	-	(727)	(123)	121	1.976

⁽a) São considerados como alterações que não afetam o caixa a apropriação dos encargos financeiros e baixa dos custos de transação referentes a dívida.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

b.1. Financiamentos

A mutação do financiamento é como segue:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	733	1.972	2.705
Encargos	121	-	121
Transferências	727	(727)	-
Amortizações de principal	(727)	-	(727)
Pagamento de juros	(123)	-	(123)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	731	1.245	1.976
Encargos	86		86
Transferências	508	(508)	-
Amortizações de principal	(727)	=	(727)
Pagamento de juros	(87)	-	(87)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	511	737	1.248

c. Cronograma de amortização do financiamento

O cronograma de amortização do financiamento é conforme tabela a seguir:

	2019
2021	201
2022	201
2023	201
2024	134
Total do não circulante	737

8. ENCARGOS SETORIAIS

	2019	2018
Reserva global de reversão – RGR	_	209
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT	31	23
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	514	301
Taxa de fiscalização serviço público de energia elétrica – TFSEE	27	10
Ministério de minas e energia – MME	9	12
Total	581	555
Circulante Não circulante	67 514	39 516

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES CORRENTES E DIFERIDOS

Os tributos diferidos passivos, cuja base de cálculo é presumida em 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social, foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	2019		2018	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Diferenças temporárias		<u> </u>		
Imposto de renda	(13.380)	(3.345)	(13.645)	(3.411)
Contribuição social	(20.071)	(1.806)	(20.468)	(1.842)
Total		(5.151)		(5.253)

A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

2019		2018		2018	
IR	CS	IR	CS		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Receita da atividade	42.305	42.305	37.772	37.772
Presunção do imposto de renda e contribuição social	8%	12%	8%	12%
	3.384	5.076	3.021	4.532
Receita de serviço	275	275	271	271
Presunção do imposto de renda e contribuição social	32%	32%	32%	32%
	88	88	87	87
Base de cálculo presumida	3.472	5.164	3.108	4.619
Receitas financeiras	2.585	2.585	1.632	1.632
Receita de aluguel	31	31	34	34
Base de cálculo para imposto de renda e contribuição social	6.088	7.780	4.774	6.285
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social no exercício	1.522	700	1.193	566
Adicional de imposto de renda e contribuição social	(23)	-	(24)	-
IR/CS diferidos - ativo contratual	(66)	(36)	(30)	(16)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	1.433	664	1.139	550
Corrente	1.499	700	1.169	566
Recolhidos e pagos	820	488	632	385
A pagar	108	181	130	145
Compensados e deduzidos	571	31	407	36
Diferido	(66)	(36)	(30)	(16)
	1.433	664	1.139	550

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

10.1 Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2019	2018
Imposto de renda – IR	107	137
Contribuição social sobre o lucro líquido- CSLL	182	145
Imposto de renda e contribuição social a recolher	289	282
Circulante	289	282

10.2 Outros tributos a recolher

		2010
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS Programa de integração social – PIS Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	53 33 151	- 18 83
Instituto nacional de seguridade social - INSS Imposto sobre serviços – ISS	74 53	1 23
Imposto sobre serviços – 133 Impostos e contribuições retidos na fonte	48	359
Outros	58	
	<u>470</u>	484
Circulante	470	484

2019

2018

11. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Para constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

A movimentação das provisões para contingências está detalhada abaixo:

	Trabalnistas
Saldos em 1º de janeiro de 2018	635
Constituições	9
Baixas/reversões	(8)
Atualização	53
Saldos em 31 de dezembro de 2018	689
Constituições	35
Baixas/reversões	(31)
Atualização	47
Saldos em 31 de dezembro de 2019	740

Trobalbiotoo

Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horasextras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários entre outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Fiscais

A Companhia é parte de uma ação avaliada como perda possível, referente a cobrança de IPTU no valor de R\$592.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

Depósitos judiciais

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	2019	2018
Trabalhistas	211	154
Fiscais	575	547
Total	786	701

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$33.085, dividido em 63.085.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

	Lote de mi	Lote de mil ações		
	Ações ord	Ações ordinárias		
Acionistas	Quantidade	%	R\$	
Neoenergia S.A.	55.416	87,84%	29.063	
Iberdrola Energia S.A.	5.361	8,50%	2.812	
Previ-Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil ("Previ")	1.446	2,29%	758	
Minoritários	862	1,37%	452	
Total	63.085	100,00%	33.085	

Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	25.257	22.616
Média ponderada das ações emitidas	63.085	63.085
Lucro básico e diluído por ação – R\$	0,4004	0,3595

Reserva legal

Em conformidade com a Lei 6.404/1976, as companhias brasileiras são requeridas ao final de cada exercício a constitui a reserva legal, que é calculada com base em 5% do lucro líquido, limitada a 20% do capital social. A reserva legal da Companhia já atingiu ao limite do capital social, razão pela qual não é mais constituída.

Dividendos

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação ON
2019	<u>-</u>		
RCA de 09 de dezembro de 2019	Dividendos intermediários	6.665	0,105651
		6.665	
2018			
AGOE de 27 de março de 2018	Dividendos adicionais propostos	4.803	0,076135
RCA de 18 de outubro de 2018	Dividendos intermediários	6.585	0,104383
		11.388	

O estatuto social da Companhia determina a remuneração mínima aos acionistas de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

A proposta de remuneração aos acionistas foi calculada da seguinte forma:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	25.257	22.616
Constituição de reserva legal (5%)	<u></u>	430
Lucro líquido ajustado passível de distribuição	25.257	23.046
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	6.314	5.762
Dividendos pagos e propostos:		
Dividendos intermediários	6.665	6.585
Dividendos adicionais propostos	18.592	-
<u>Total bruto</u>	25.257	6.585

A Companhia deliberou dividendos intermediários no montante de R\$ 6.665 superando os 25% de mínimos obrigatórios.

a) Dividendos adicionais propostos

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

	2019	2018
Saldos iniciais	118	106
Dividendos:		
Declarados	6.665	11.388
Pagos no exercício	(6.658)	(11.376)
Saldos finais	125	118

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em lei ou outro instrumento legal, ainda não aprovado em Assembleia Geral, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, estarão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada "Dividendos adicionais propostos", até a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária – AGO.

A Companhia destinou à proposta de distribuição de dividendo adicional, o montante de R\$ 18.592.

13. RECEITA LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza, região geográfica e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	Ref.	2019	2018
Receita de operação e manutenção		14.611	12.443
Remuneração do ativo contratual		16.960	17.075
Ganho/(Perda) na RAP		4.077	1.174
Contrato de conexão ao sistema de transmissão ("CCT")		6.188	5.588
Outras receitas		30	304
Total receita bruta		41.866	36.584
(-) Deduções da receita bruta	(a)	(3.245)	(2.900)
Total receita operacional líquida	()	38.621	33.684
Região	geográfica		
	2019		2018

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Sul	Norte	Nordeste	Centro- Oeste	Sudeste	Total	Total
Receita de operação e manutenção	1.600	1.722	6.199	1.346	3.744	14.611	12.443
Remuneração do ativo contratual	1.857	2.000	7.196	1.562	4.345	16.960	17.075
Ganho/(Perda) na RAP	446	480	1.730	376	1.045	4.077	1.174
CCT	677	731	2.625	570	1.585	6.188	5.588
Outras receitas	3	4	12	3	8	30	304
Total da receita bruta	4.583	4.937	17.762	3.857	10.727	41.866	36.584
(-) Deduções da receita bruta	(355)	(382)	(1.377)	(299)	(832)	(3.245)	(2.900)
Total da receita operacional líquida	4.228	4.555	16.385	3.558	9.895	38.621	33.684

(a) <u>Deduções da receita bruta:</u> as deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	2019	2018
Impostos e contribuições		
PIS	(277)	(247)
COFINS	(1.279)	(1.142)
ISS	(20)	(18)
Encargos setoriais		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(914)	(919)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(141)	(44)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(393)	(355)
Encargos do consumidor - PROINFA	(60)	(40)
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica -TFSEE	(161)	(135)
Total	(3.245)	(2.900)

14. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019		2018	
Custo / Despesas	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(35)	-	(35)	-
Material	(2.438)	=	(2.438)	(54)
Serviços de terceiros	(7.234)	(545)	(7.779)	(9.621)
Arrendamentos e aluguéis	(117)	· · ·	(117)	(106)
Tributos	(41)	126	85	(100)
Provisões para contingências, líquidas	-	(4)	(4)	(1)
Outros custos e despesas	(3.141)	(136)	(3.277)	(825)
Total custos / despesas	(13.006)	(559)	(13.565)	(10.707)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

15. RESULTADO FINANCEIRO

	2019	2018
Receitas financeiras	<u> </u>	
Renda de aplicações financeiras	2.507	1.591
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	3	21
Atualização de depósitos judiciais	75	20
Total	2.585	1.632
Despesas financeiras		
Encargos de dívida	(86)	(121)
Encargos de P&D	(22)	(22)
Atualização provisão para contingências	(47)	(53)
Outras despesas financeiras	(37)	(34)
Total	(192)	(230)
Resultado financeiro, líquido	2.393	1.402

16. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

		Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)	
	Ref.	2019	2018	2019	2018
Empréstimos, Aplicação Financeira e Contrato de M	<u>lútuo</u>				_
NEOENERGIA	(a) _	<u> </u>	<u> </u>	(20)	-
		-	-	(20)	-
Serviços Administrativos					
COELBA	(b)	67	(5)	34	(76)
NEOENERGIA OPERAÇÃOO E MANUTENÇÃO S.A.	(c)	(373)	(361)	(4.631)	(4.908)
,	(-)	(306)	(366)	(4.597)	(4.984)
Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (CUST)	o (CTT)				
COELBA	(d)	1.704	1.688	14.966	14.054
CELPE	(u)	46	40	388	365
COSERN		11	10	128	124
ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.		2	2	24	21
TERMOPERNAMBUCO S/A		4	4	45	41
BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.		-	-	4	4
NORTE ENERGIA S.A.		156	_	1.058	-
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA		3	3	36	33
GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.		3	-	22	-
CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S/A		-	-	2	2
SANTANA 1		-	-	2	1
SANTANA 2		-	-	1	1
CALANGO 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A		-	-	1	1
CALANGO 4 ENERGIA RENOVÁVEL S/A		-	-	1	1
CALANGO 5 ENERGIA RENOVÁVEL S/A		-	-	1	1
CAETITÉ 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A		-	-	1	2
CAETITÉ 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A		-	-	1	1
CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A		-	-	1	1
CALANGO 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A		-	-	1	1
CAETITÉ 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A		-	-	1	1
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES		-	-	-	342
COMPANHIA HIDROELÉTRICA TELESPIRES		40	30	363	-
ELEKTRO REDES		54	47	476	470
	_	2.023	1.824	17.523	15.467
Consumo de energia elétrica					
COELBA	_	(17)	- -	104	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	(17)	-	104	-
<u>Dividendos e JSCP</u>				
NEOENERGIA	-	2	-	(17)
OUTROS MINORITÁRIOS	(125)	(118)	-	· -
	(125)	(116)	-	(17)
TOTAL	1.575	1.342	13.010	10.466

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- (a) Refere-se a mútuo que a Companhia mantinha junto à Neoenergia. Encerrou-se em 2019.
- (b) Consumo próprio de energia.
- (c) Contrato de serviço de operação e manutenção com a Neoenergia O&M.
- (d) Contrato de conexão ao sistema de transmissão (CCT), com vigência até 2027, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

16.1 APLICAÇÕES EM FUNDO DE INVESTIMENTO BB POLO 28

O Fundo BB Polo 28 é destinado a Neoenergia e suas partes relacionadas onde tem por objetivo investir em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda fixa que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários - CDI, por meio da aplicação de seus recursos em cotas de fundos de investimento e/ou ativos diretamente na carteira do fundo sendo as cotas dos fundos e ativos aderentes à política financeira e de crédito do Grupo Neoenergia.

17. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

18. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

a. Considerações gerais e políticas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros, na Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia, aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

b. Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura ótima de capital que reduza seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a Administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

c. Gestão de risco de mercado

Risco de taxas de juros e índice de preços

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos, e financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras.

Atualmente, todos os empréstimos da Companhia possuem taxas pré-fixadas.

d. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia de forma que as aplicações são concentradas em fundos exclusivos para as empresas da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 51.719 (R\$ 31.136 em 31 de dezembro de 2018) em fundos exclusivos.

A tabela a seguir demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2019	2020	2021	2022	2023
Passivos financeiros não derivativos Empréstimos e financiamentos Fornecedores	1.248 2.419	1.380 2.419	562 2.419	239 -	227 -	215 -	137

e. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2019.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	Fitch
Banco do Brasil	Aa1	AA

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2019	2018
Mensurados pelo custo amortizado		
Contas a receber de clientes e outros	5.683	4.306
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado Caixa e equivalentes de caixa	51.746	31.212

f. Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de juros vigentes ao final do período.
- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.
- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

A tabela a seguir demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	4,4%	51.719	2.276	(569)	(1.138)

19. ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalente de caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos da Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações, direta ou indiretamente, em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível 1;

Nível 3 – Ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

		201	19	201	18
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)	Nível	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Empréstimos e recebíveis		4.706	4.706	3.424	3.424
Contas a receber de clientes e outros	2	4.706	4.706	3.424	3.424
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		51.719	51.719	31.212	31.212
Caixa e equivalentes de caixa	2	51.719	51.719	31.212	31.212
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado		3.667	3.667	2.869	2.869
Fornecedores	2	2.419	2.419	893	893
Empréstimos e financiamentos	2	1.248	1.248	1.976	1.976

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2, ou entre o Nível 2 e o Nível 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

(i) Empréstimos e financiamentos

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

Para os empréstimos classificados como mensurados a valor justo a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida.

Para as dívidas em mercado de capital, os valores justos são mensurados baseados na abordagem de mercado e seus preços de referência estão disponíveis no mercado secundário.

20. SEGUROS

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada	Prêmio
Risco operacional - subestações e usinas	30/11/18 a 31/05/20	349.811	269
Responsabilidade civil geral - operações	30/11/18 a 31/05/20	100.000	35

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANDRÉ AUGUSTO TELLES MOREIRA Presidente

Titulares SOLANGE MARIA PINTO RIBEIRO ROGÉRIO ASCHERMANN MARTINS LEONARDO PIMENTA GADELHA

DIRETORIA EXECUTIVA

Luis Alessandro Alves **Diretor Presidente**

Leonardo Pimenta Gadelha Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Eduardo Pinheiro Santos Tanure Diretor de Regulação

Bruno Cavalcanti Coelho Diretor de Gestão de Pessoas

Eduardo Capelastegui Saiz Diretor de Planejamento e Controle

SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE

Luciana Maximino Maia CRC-RJ-091476/0-0